

## FUTURO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA EM JOGO

» Cobiça do capital estrangeiro pelos recursos naturais administrados por empresas estatais, como Petrobras e Eletrobras, pode colocar em risco projeto de desenvolvimento nacional que beneficie futuras gerações **PÁGS 3,6,7**



Setembro/outubro de 2017 ■ distribuição gratuita ■ [brasildefato.com.br](http://brasildefato.com.br) ■ [f /brasildefatorj](https://www.facebook.com/brasildefatorj) ■ [@Brasil\\_de\\_Fato](https://twitter.com/Brasil_de_Fato)

EDIÇÃO ESPECIAL

# Brasil de Fato

UMA VISÃO POPULAR DO BRASIL E DO MUNDO

# PRIVATIZAÇÕES VÃO DOER NO BOLSO DO POVO

Bruno Ferrari



Somos um país rico em recursos naturais. Mas o governo ilegítimo de Michel Temer quer entregar todas as nossas riquezas. Ao vender estatais como Eletrobras e Petrobras, país abrirá mão de ter um projeto de desenvolvimento nacional e soberano. O impacto imediato já será sentido no aumento das contas de luz e do botijão de gás. **PÁGS. 2, 8, 9, 10**

### PRÉ-SAL

**"É preciso lutar pela nossa soberania"**

» Leia entrevista com o José Maria Rangel, coordenador-geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP) **PÁG. 4**

### CRIME AMBIENTAL

**22 meses de impunidade**

» Processos judiciais contra as mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton estão suspensos e iniciativas para reparar as famílias ainda continuam no papel **PÁG.11**



Leandro Taques

# PELA SOBERANIA NACIONAL COMBATER OS INIMIGOS DA PÁTRIA

**O** Brasil possui em seu território uma enorme quantidade de riquezas que a partir do trabalho pode beneficiar todo o povo brasileiro.

Temos muita terra de boa qualidade, água em abundância, minérios de todos os tipos, incluindo alguns dos mais raros como o nióbio, petróleo, e grande incidência solar.

Toda esta base natural pode servir ao nosso povo e em solidariedade a povos de outros países que necessitam. Mas para isso é fundamental que o povo brasileiro seja soberano sobre estes recursos.

Nenhuma nação que almeja sua soberania entrega a empresários privados nacionais ou estrangeiros as suas reservas estratégicas. Água, petróleo, energia e minerais são re-



Lidyane Ponciano

Movimento sociais se mobilizam contra a entrega de reservas naturais

servas estratégicas e, por isso, devem estar sob controle do Estado nacional, com distribuição da renda gerada e controle popular.

O que vemos hoje nas manchetes dos jornais é que o atual governo ilegítimo, junto com a maioria dos deputados e senadores nos quais

ninguém confia, está à serviço dos grandes empresários, com proteção dos meios de comunicação e do judiciário. Eles pretendem entregar todas nossas riquezas para as corporações privadas e para o capital estrangeiro.

Combater esses verdadeiros inimigos da Pátria é obrigação de todos os que querem um Brasil com justiça e desenvolvimento social.

Eles podem enganar parte do povo por algum tempo, mas não enganarão todo o povo o tempo inteiro. A luta pela soberania nacional, pela energia e petróleo para a saúde, educação, emprego e direitos é a verdadeira luta em defesa de nossa Pátria.

Missão que só os lutadores e lutadoras do povo brasileiro podem realizar.

## ANÁLISE

ALEXANDRE FINAMORI\*

## O outro lado da Lava Jato

» Desde o início da Lava Jato, em março de 2014, mais de um milhão de trabalhadores foram demitidos apenas na construção civil. Se avaliarmos toda indústria envolvida na cadeia de gás e petróleo, foram perdidos mais de 3 milhões de empregos. Claro que todo processo de corrupção tem que ser apurado, interrompido e responsabilizado. Porém, os processos jurídicos têm que separar pessoas físicas das pessoas jurídicas, evitando que os efeitos se voltem contra a economia e contra os direitos dos trabalhadores.

Em uma consultoria contratada pelo G1 ao GO ASSOCIADOS, os efeitos diretos e indiretos da Lava

Jato poderiam tirar R\$ 142 bilhões da economia, o que representa uma retração de 2,5% do PIB da economia. Em uma nova projeção mais recente, o impacto se elevou para R\$ 187 bilhões, uma retração de 3,4%. Outro dado relevante é o índice de desemprego no início da operação Lava Jato. Em março de 2014, o IBGE apontou uma taxa de desemprego de 7,1%, 7 milhões de desempregados. Em junho de 2017, este índice subiu para 13%, 13,5 milhões de desempregados. Considerando a Lava Jato como propulsora desse aumento de desemprego e a quase destruição de setores industriais, como exemplo o naval, é possível afirmar que esse

processo se desenvolveu sem nenhuma responsabilidade, aparentemente. Na verdade, essa pseudo falta de responsabilidade é uma consequência da parcialidade que tomou a operação Lava Jato e a intensificação dos ataques por parte do imperialismo à indústria nacional. A quebra do setor petrolífero nacional teve resultados mais que interessantes para setores políticos internos e internacionais.

Somente no sistema Petrobras, projetos que visavam crescimento da empresa juntamente com o fomento da economia nacional, foram interrompidos. Em Pernambuco, a Refinaria Abreu e Lima opera sem conclusão do segundo trem de produ-

ção, as refinarias Premium do Ceará e Maranhão não foram concluídas e, no Rio de Janeiro, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) depende de parcerias para a conclusão. Estes ativos, entre outros não concluídos ou hibernados, geram um prejuízo de bilhões para o sistema Petrobras.

É preciso fiscalização e controle contra corrupção, mas as ações judiciais e os interesses de mercado não podem reduzir a importância da Petrobras na recuperação da economia e no desenvolvimento da indústria nacional.

\*ALEXANDRE FINAMORI é diretor de comunicação da Federação Única dos Petroleiros (FUP).



# 10 Pontos para entender a geopolítica do pré-sal

**O professor de Relações Internacionais da UFABC Igor Fuser explica o que está por trás da cobiça das empresas estrangeiras em relação ao pré-sal brasileiro**

**1** »O petróleo do pré-sal é a maior descoberta petrolífera das últimas décadas no mundo inteiro. Até hoje não se sabe, com certeza, qual é o tamanho dessas reservas. Pesquisadores da Uerj calculam que podem chegar a 176 bilhões de barris. Isso tornaria o Brasil o terceiro maior dono de reservas de petróleo do mundo, atrás apenas da Venezuela e da Arábia Saudita.



**2** »Os tubarões do petróleo estão de olho na nossa riqueza, que o governo Lula tentou proteger quando adotou novas regras, especiais para o pré-sal, em 2010. O objetivo dessas regras era garantir que o pré-sal fosse explorado em favor do desenvolvimento industrial e tecnológico do Brasil. E que a renda desses recursos ajudasse a financiar a saúde e a educação da maioria dos brasileiros.



**6** »Já a Venezuela vem resistindo, bravamente, ao assédio internacional. Durante o governo do presidente Hugo Chávez, aquele país irmão mudou as leis que regiam a exploração do petróleo para favorecer o verdadeiro dono daquela riqueza: o próprio povo venezuelano. A renda do petróleo da Venezuela passou a ser utilizada para financiar programas sociais em áreas como saúde, educação, moradia popular e aposentadoria. Isso desagradou as empresas estrangeiras e a burguesia venezuelana, que agora estão em campanha para derrubar o governo do presidente Nicolás Maduro, o sucessor de Chávez.

**3**

»As empresas internacionais sempre foram contra essas regras que nos protegem. Elas querem controlar as reservas petrolíferas do litoral brasileiro, para explorá-las de acordo com os seus interesses e se apropriar da maior parte da renda desse recurso. O pré-sal brasileiro desperta grande cobiça na cabeça dos estrategistas de Washington e das empresas internacionais de petróleo, quase todas estadunidenses ou europeias.



**4** »Esse é um dos motivos do envolvimento dos Estados Unidos no apoio aos golpistas que derubaram a presidenta Dilma Rousseff em agosto de 2016. O governo estadunidense age dessa forma no mundo inteiro.



**5** »Em 2003, tropas dos EUA invadiram o Iraque, dono de enormes reservas de petróleo. O país foi arrasado e está em guerra até hoje. Mas o seu petróleo mudou de mãos. Hoje pertence às empresas estrangeiras. Aqui na América Latina, o foco dos interesses estrangeiros no campo da energia são as empresas estatais, como, no caso brasileiro, a Eletrobras e a Petrobras.

**7**

»No mundo inteiro, está acontecendo uma espécie de corrida entre as grandes potências e as maiores empresas capitalistas para se apoderarem das riquezas naturais que ainda restam a ser exploradas. Em meio a uma situação de crise econômica, tratam de se garantir para o futuro. O capitalismo internacional já não aceita que o petróleo fique nas mãos de empresas estatais. Querem controlar diretamente esse tesouro.

**8**



»O governo Temer, que deveria defender essas riquezas, está entregando tudo ao capital estrangeiro. A Petrobras, empresa criada para explorar o petróleo brasileiro em favor dos interesses do nosso país, passa por um processo de desmonte, nas mãos de dirigentes vendidos aos interesses externos. As regras que protegiam o pré-sal estão sendo mudadas em prejuízo do Brasil.

**9** **Cabe à sociedade brasileira, neste momento difícil, se mobilizar em defesa dessa riqueza que pertence a todos nós, a cada brasileira e cada brasileiro, os legítimos donos das riquezas do nosso país.**

**10**

»Por isso o nosso país se tornou o alvo preferencial da expansão das empresas de fora. Nosso território é o mais rico do mundo em recursos naturais: petróleo, ouro, água, minérios e terras férteis. Tudo o que falta no resto do mundo existe aqui, em abundância.

ENTREVISTA

JOSÉ MARIA RANGEL

# Vender o país X Desenvolvimento nacional

**GUILHERME WEIMANN**  
SÃO PAULO (SP)

**O** Brasil vive uma encruzilhada. Com uma reserva de petróleo que pode ultrapassar os 200 bilhões de barris, essa riqueza tem a capacidade de avançar um desenvolvimento nacional ou apenas servir aos interesses estrangeiros e manter o Brasil como um exportador de matéria-prima. Confira a entrevista com José Maria Rangel, coordenador geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP). Para o sindicalista, a única forma de sobressair essa segunda alternativa é conscientizar a população do potencial dessa riqueza.

## Brasil de Fato - O que o pré-sal representa para o Brasil?

**José Maria Rangel** - O pré-sal pode ser a redenção do país. É uma enorme reserva de petróleo que está localizada a sete mil metros de profundidade da costa brasileira, entre os estados do Espírito Santo e de Santa Catarina. As previsões apontam que essas áreas podem conter mais que 200 bilhões de barris de petróleo, o que coloca o Brasil em terceiro lugar entre os países com maiores reservas do mundo. Se mantivermos a atual taxa de consumo interno, teríamos petróleo para os próximos 190 anos. Entretanto, todo esse potencial pode ser desperdiçado se não for utilizado à serviço do povo. Vivemos uma encruzilhada: o pré-sal poderá servir para perpetuar o papel do Brasil como exportador de matéria-prima ou para a nossa emancipação.

## Brasil de Fato - E quais projetos estão em jogo?



José Maria Rangel: "Precisamos criar uma grande corrente que una amplos setores sociais para lutar pela nossa soberania"

Divulgação



Sindicalista José Maria Rangel aponta projetos antagônicos para essa área

De um lado temos as organizações populares, como a Plataforma Operária e Camponesa para a Energia, Frente Brasil Popular e outros diversos movimentos sociais. Esse setor propõe que o pré-sal seja explorado pela Petrobras e desenvolva a indústria nacional, por meio do conteúdo local, além de servir como propulsor da edu-

cação, saúde e outras áreas historicamente fragilizadas. Extrair e industrializar o petróleo no próprio país, gerando milhares de empregos e construir um grande fundo social nacional para as gerações futuras é parte importante da proposta de quem verdadeiramente tem amor pela Pátria brasileira. Isso é plenamente possível.

## Brasil de Fato - E do outro lado?

Antagonicamente ao projeto energético popular, temos a articulação neoliberal e golpista, que agrega os atuais partidos que fazem parte da base do governo, mídia e empresários vira-latas que preferem vender o país ao invés de construir um projeto nacional. O projeto de Serra, que retira a Petrobras como operadora única do pré-sal, tenta inviabilizar os investimentos previstos em saúde e educação. Nesse caso, eles propõem que o petróleo seja vendido cru, sem refino, e numa quantidade cada vez mais acelerada para atender aos interesses dos Estados Unidos. Sem contar que a exploração, na opinião deles, deve ser feita por empresas privadas e estrangei-

ras. Isso pode enfraquecer ainda mais a indústria nacional e deixar de gerar empregos. Na verdade, esse plano já está em andamento por Michel Temer.

## Brasil de Fato - É possível reverter esse cenário?

A luta pelo petróleo é antiga. Desde a década de 1950, que marcou a criação da Petrobras, existe um grande sentimento em cada brasileiro e brasileira de orgulho dessa estatal. Apesar da mídia divulgar diariamente que a empresa apresenta prejuízo, o que é mentira, e que é um antro de corrupção, a maioria dos brasileiros é contra sua privatização. O que devemos fazer é conscientizar toda a população brasileira do tamanho dessa riqueza e desmontar essa narrativa da corrupção. Se cada cidadão soubesse o que representa o pré-sal e a Petrobras para o Brasil, todos estariam nas ruas. Precisamos criar uma grande corrente que una amplos setores sociais para lutar pela nossa soberania em relação ao petróleo, ao pré-sal e à Petrobras.

Greenpeace



# Preço do botijão de gás 'explode' com Temer

Petrobras anunciou no dia 5 de setembro um reajuste de 12,2% no preço do botijão de gás e novos aumentos poderão ser anunciados ainda neste mês; um ano após o golpe, o acumulado chega à 40%

Pedro Ventura/ Agência Brasília

## REDAÇÃO

Conforme monitoramento realizado pelo Departamento Inter-sindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) para o estado de São Paulo, nos últimos 12 meses o gás de cozinha comercializado pela distribuidora privada Ultragás saltou de R\$ 65,90 para quase R\$ 82,90, algo em torno de 25%. Se o novo reajuste de 12,2%, anunciado pela Petrobras no dia 5 de setembro, for integralmente transferido para o consumidor final, o acumulado desde o impeachment de Dilma Rousseff se aproximará de 40%.

Desde 2005, com Lula, existia um controle dos preços do gás por meio da Petrobras e de sua filial Liquigás. A estatal praticava dois preços. Para o consumo doméstico, por meio do botijão, havia um rígido controle das tarifas, o que permitiu o congelamento dos preços durante 12 anos. Por outro lado, para grandes consumidores, havia outra política de preços conforme variações do mercado.

Com Temer, iniciaram-se mudanças na política de preços. Intencionalmente, a gestão de Pedro Parente na presidência da estatal reduziu para 70% o uso das refinarias, abrindo espaço para as empresas privadas estrangeiras importar gás e ocupar o mercado anteriormente era da Petrobras. Em conjunto com a tentativa de privatização da Liquigás, o gás passou a ser reajustado mensalmente baseado em cotações internacionais e variação do dólar.

Em paralelo, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) prepara mudanças que acabarão com a política de subsídios aos consumidores residenciais, responsáveis por 80% do consumo total. Nas novas regras, planeja-se a liberalização geral dos preços do botijão para seguir as cotações internacionais.

A partir do Relatório de Mercado de Derivados de Petróleo, divulgado no final de julho, o Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) continuava 18,2% defasado, mesmo após reajustes, se comparado com a cotação interna-



Preço do gás de cozinha comercializado saltou de R\$ 65,90 para quase R\$ 82,90 em São Paulo

Marcos Santos/USP Imagens

## População deverá se preparar para pagar pelo botijão um valor acima de R\$ 100,00



Diesel já acumulou alta de 12% e a gasolina de 20,5%

cional. Caso as privatizações avancem e a liberalização dos preços forem consolidadas, a população deverá se preparar para pagar pelo botijão um valor acima de R\$ 100,00.

### REAJUSTE DA GASOLINA E DO DIESEL

Os preços do diesel e gasolina também seguiram

a tendência do gás após o golpe. A partir de junho de 2017, a Petrobras passou a reajustar diariamente o preço nas refinarias que, desde então, fazem paridade com os preços internacionais. Entre maio de 2016 e setembro de 2017, o diesel já acumulou alta de 12% e a gasolina de 20,5%.

### VOCÊ SABIA ?

Entre 2003 e 2016, o preço do gás vendido pela Petrobras às revendedoras não sofreu nenhum reajuste.

# PRÉ-SAL: futuro em jogo da saúde e educação

Disputas em torno do modelo de exploração das reservas petrolíferas serão determinantes para os investimentos nas futuras gerações

**GUILHERME WEIMANN**  
SÃO PAULO (SP)

**E**m 2006, dez anos antes da saída de Dilma, a Petrobras descobria uma das maiores reservas de petróleo do mundo, o pré-sal. Um levantamento realizado pelos professores Cleveland Jones e Hernani Chaves, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), aponta a existência de 176 bilhões de barris nessa camada subterrânea do litoral brasileiro. Se comprovada, colocaria o Brasil em terceiro lugar na lista de países com maiores reservas, atrás apenas da Venezuela e Arábia Saudita.

A partir dessa descoberta, travaram-se discussões por alguns anos sobre o melhor modelo de exploração dessa riqueza até que, em 2010, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei da Partilha, que estipula a Petrobras como operadora única

**1 trilhão**  
*É o valor que deixará de ser investido em saúde e educação*

**Lei que destina 75% dos royalties do petróleo para financiar a educação e 25% para a saúde está ameaçada**

do pré-sal e participação mínima de 30% da estatal em cada bloco de exploração. Essa foi uma medida que se contrapôs ao modelo de concessão, implantado no período de Fernando

Henrique Cardoso (PSDB) [1995-2002], que concedia o controle e os lucros dos poços integralmente a empresas privadas.

Quase como um complemento da Lei da Partilha, a presidenta Dilma Rousseff sancionou em 2013 a Lei 12.858, que destina 75% dos royalties do petróleo para financiar a educação e 25% para a saúde. Além disso, permite o repasse de até 50% do Fundo Social do pré-sal para viabilizar as metas estipuladas no Plano Nacional de Educação. A expectativa, na época, era destinar um total de R\$ 112 bilhões para a saúde e educação até 2022. Entretanto, esses recursos estão ameaçados desde o ano passado.



Jovens do Levante se mobilizam em defesa da Petrobras e pela destinação

## RESERVAS MUNDIAIS DE PETRÓLEO POR PAÍS

	PAÍS	BILHÕES DE BARRIS
1º	Venezuela	300,9
2º	Arábia Saudita	266,5
3º	Brasil (com pré-sal)	198,6*
4º	Canadá	171,5
5º	Irã	158,4
6º	Iraque	153,0
7º	Rússia	109,5
8º	Kuwait	101,5
9º	Emirados Árabes Unidos	97,8
10º	Líbia	48,4
11º	Estados Unidos	48,0
12º	Nigéria	37,1
13º	Cazaquistão	30,0
14º	China	25,7
15º	Catar	25,2
16º	Brasil (sem pré-sal)	12,6

\* Reservas provadas mais pré-sal (UERJ)

Fonte: BP Statistical, 2017.



Isis Medeiros



nação do pré-sal para educação

## José Serra ameaça recursos do pré-sal para educação

» Mal havia se consumado o impeachment de Dilma, o senador tucano José Serra finalmente cumpria a promessa que havia feito ainda em 2009 para a diretora da petroleira americana Chevron, Patricia Pradral. De acordo com o WikiLeaks, que interceptou telegramas entre os dois, Serra prometeu que rodadas de licitação no modelo de partilha não ocorreriam.

Em outubro de 2016, Serra conseguiu aprovar na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 4567/2016, que retira a operação única do pré-sal da Petrobras e desobriga a participação da estatal em licitações dessas áreas, abrindo caminho para a entrega do pré-sal às empresas estrangeiras.

De acordo com Cloviomar Pereira, economista do Departamento Inter-sindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e assessor da

Federação Única dos Petroleiros (FUP), esta lei poderá retirar até R\$ 1 trilhão de investimentos em saúde e educação previstos anteriormente na lei sancionada pela presidenta Dilma. Isso ocorrerá porque os royalties são calculados a partir de uma porcentagem do petróleo produzido, descontado o custo de produção.

“No total de 176 bilhões de barris [do pré-sal], as perdas para as áreas de saúde e educação seriam de R\$ 923,6 bilhões. Isso, somente retirando a Petrobras como operadora, pois o custo de exploração das outras empresas é maior. Enquanto o custo de produção da estatal é de US\$ 8,00 por barril, o de outras empresas é de US\$ 15,00”, explica Pereira.

Os cálculos do economista levam em conta o preço do barril sendo vendido a US\$ 45,00 e o câmbio fixado em R\$ 3,15.

José Cruz / Agência Brasil



Projeto de lei proposto por José Serra retirou obrigatoriedade da Petrobras como operadora única

### PAGAMENTO DE ROYALTIES DO PETRÓLEO (EM MILHÕES DE R\$) - 2015

Brasil	Total	15.573
RJ	Estado	2.639
	Municípios	2.825
	<b>Total</b>	<b>5.465</b>
SP	Estado	459
	Municípios	759
	<b>Total</b>	<b>1.218</b>

Fonte: ANP

### ENTRADA DE RECURSOS DO PETRÓLEO NO FUNDO SOCIAL (EM MILHÕES DE R\$)

Ano	Dos Royalties	Da Part. Especial	Total
2012	311	257	569
2013	498	656	1.154
2014	1.295	1.898	3.194
2015	1.377	2.456	3.833
2016	1.503	2.819	4.322
2017	1.292	3.123	4.416
<b>TOTAL</b>	<b>6.278</b>	<b>11.213</b>	<b>17.491</b>

Fonte: ANP

## Projeto neoliberal pode colocar em risco avanços na educação

» Essas perdas podem inviabilizar uma outra lei, sancionada em 2014, após uma mobilização nacional que envolveu diversos setores da sociedade. O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece 20 metas para melhorar a qualidade do ensino no prazo de 10 anos, incluindo 10% do PIB (Produto Interno Bruto) para a educação, que seria viabilizado por meio dos recursos dos royalties do petróleo e do Fundo Social do pré-sal.

Para Jessy Dayane, vice-presidenta da União Nacional dos Estudantes (UNE) e militante do Levante Popular da Juventude, a lei de José Serra vai contra o PNE.

“A lei proposta por José Serra e aprovada no Congresso Nacional é uma grande afronta aos que defendem a educação brasileira, pois ameaça os recursos que poderiam ser investidos em educação e consequentemente a concretização das metas do PNE”.

Opinião semelhante tem Selene Barboza Michielin, secretária da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). “Não há condições de efetivar esse plano sem financiamento. Tanto os royalties do petróleo, como o Fundo Social, são fundamentais para que se possa ter uma educação de qualidade para todos os brasileiros”, afirma Michielin.

### FIQUE ATENTO!

A CNTE e o Levante, que integram a Plataforma Operária e Camponesa para a Energia, farão um Dia Nacional de Luta (3 de outubro), com aulas de cidadania em escolas e nas ruas de todo o país. A temática será a importância da Petrobras e do pré-sal para o futuro da educação.



Divulgação FNU



# Privatização da Eletrobras vai aumentar conta de luz

Governo Temer espera arrecadar R\$ 20 bilhões com a entrega do patrimônio público

**PEDRO RAFAEL VILELA**  
BRASÍLIA (DF)

O governo de Michel Temer anunciou que pretende privatizar a Eletrobras, uma das maiores empresas de energia do mundo e a líder na América Latina, responsável por mais de 30% da geração de eletricidade e por 50% das linhas de transmissão de energia do país. O plano faz parte de um pacote de 57 projetos que serão incluídos no programa de vendas e concessões de ativos públicos ao setor privado, e inclui também a entrega de 14 aeroportos, 15 terminais portuários, além de rodovias e empresas como a Casa da Moeda, que fabrica as notas de real e os docu-

mentos de passaporte.

O principal objetivo dessas privatizações é fazer caixa para pagar juros aos banqueiros e diminuir o rombo nas contas públicas de R\$ 159 bilhões criado no governo Temer. As privatizações, no entanto, não têm sido garantia de redução na dívida pública brasileira. Durante o governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), por exemplo, foram privatizadas empresas importantes como a mineradora Vale do Rio Doce, todo o setor de telefonia e telecomunicações, além de dezenas de companhias geradoras e distribuidoras de energia. Mesmo com a entrega do patrimônio público ao setor pri-

vado, a dívida líquida do setor público explodiu nos governos tucanos, subindo de 32% do PIB (Produto Interno Bruto), em 1994, para 56% do PIB em 2002.

“O governo Fernando Henrique começou a privatizar dizendo que ia abater a dívida pública, melhorar a eficiência, a qualidade e diminuir as tarifas. A dívida pública só aumentou, as tarifas aumentaram muito acima da inflação e criamos um racionamento [de energia elétrica, em 2001]”, analisou Ildo Sauer, ex-diretor da Petrobras de 2003 a 2008 e professor do Instituto de Engenharia e Ambiente da Universidade de São Paulo (IEA-USP), em recente entrevista à revista Carta Capital.

## Valor é bem menor do que a usina de Belo Monte

Divulgação Belo Monte

» Atualmente, a Eletrobras é uma empresa de economia mista, com participação de acionistas privados, mas controlada pelo governo, que detêm, no total, pouco mais de 60% das ações ordinárias da companhia. De acordo com o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, a expectativa é arrecadar R\$ 20 bilhões com a venda das ações da empresa, eliminando o controle federal. O valor esperado com a venda, no entanto, é pouco mais da metade do valor da usina hi-



Usina Belo Monte, no Pará

drelétrica de Belo Monte, no Pará, que custou R\$ 30 bilhões. Somente a receita líquida anual da usina ultrapassa os R\$ 60 bilhões, um valor três vezes maior do que a estimativa de mercado anunciada pelo ministro.



# Privatização da Eletrobras vai doer no bolso do povo

**A** pesar da promessa do ministro de Minas e Energia, Fernando Bezerra Filho (PSB), de que as contas de luz vão cair “no médio prazo”, a realidade tende a desmentir essa possibilidade. Isso porque a privatização vai implicar em uma revisão do atual modelo tarifário aprovado durante o governo da presidenta Dilma Rousseff (PT), por meio da Lei 12.783/2013. Nesse modelo, que permitiu a renovação das concessões das usinas hidrelétricas mais antigas, foi definida uma redução no valor da energia cobrada pelas geradoras, que passaram a vender a preço de custo. Esses valores foram repassados para as distribuidoras do país inteiro na forma de cotas. Por causa disso, a energia vendida pela Eletrobras é a mais barata do mercado e chega a custar quase três vezes menos do que a energia vendida por outras geradoras.

Atualmente, a Eletrobras oferece a energia mais barata do país, cobrando o preço de R\$ 60 reais por cada megawatt. De acordo com o vice-presidente da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), Nailor Gato, o valor poderá triplicar com a privatização. “Especula-se com a privatização que esse valor aumente para R\$ 200 por megawatt”, afirma.

“Certamente vai aumentar a tarifa de energia, porque vai revalorizar ativos

## Empresas da ELETROBRÁS

- 16 empresas 100% da Eletrobras: Chesf, Furnas, Eletronorte, Eletrosul, Eletronuclear, CGTEE, Cepel, Eletropar, Amazonas GT, Amazonas D, CERON, CEPISA, CEAL, Eletroacre, Boa Vista e 50% Itaipu Binacional.
- 177 Sociedades de Propósito Específico (SPEs).

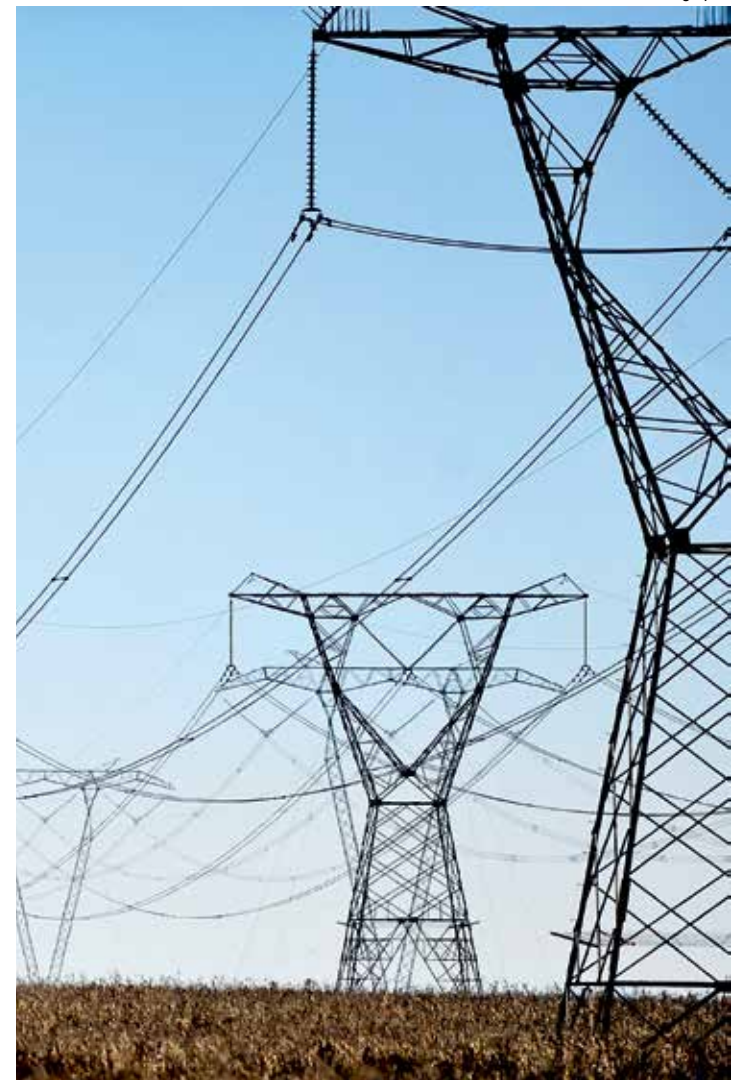
## Patrimônio principal da Eletrobras

- 47 hidrelétricas
- 114 Termelétricas
- 02 usinas nucleares
- 69 usinas eólicas
- 01 usina solar
- 70.201 quilômetros de linhas de transmissão.
- 271 subestações
- 4,5 milhões de consumidores de 6 distribuidoras

## Atualmente, a Eletrobras oferece a energia mais barata do país

amortizados, que terão que ser remunerados de novo para compensar o investidor”, afirma Luiz Pinguelli Rosa, ex-presidente da Eletrobras.

Dois dias após o anúncio dos planos do governo em privatizar a estatal, o diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Tiago Barros, afirmou que a medida pode aumentar as contas de luz em 16,7%.



Divulgação

Conta de luz pode aumentar 16,7%, afirma diretor da ANEEL



Joka Madruga

Privatização implicará em uma revisão do modelo tarifário

### VOCÊ SABIA ?

A Eletrobras controla a parte brasileira da usina binacional de Itaipu (Brasil-Paraguai), além de grandes hidrelétricas como as usinas de Xingó (entre Alagoas e Sergipe), Belo Monte (PA), Jirau e Santo Antônio, ambas em Rondônia, e as usinas nucleares Angra 1 e Angra 2, no Rio de Janeiro. A estatal possui mais de 17 mil funcionários.



# Michel Temer pretende leiloar quatro hidrelétricas da Cemig



Divulgação

**Organizações alertam que a consequência será o aumento das contas de luz**

**ELOÁ MAGALHÃES**  
BELO HORIZONTE (MG)

Com o vencimento das concessões de quatro usinas hidrelétricas da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), o governo federal encontrou mais uma brecha para intensificar a agenda de privatizações. Michel Temer quer leiloar, ainda em setembro deste ano, as usinas de São Simão, Miranda, Jaguará e Volta Grande, que, juntas, correspondem a cerca de 50% da geração de energia da estatal (2,9 gigawatts).

A Medida Provisória 579, de 2012, da então presidenta Dilma Rousseff, autorizou a prorrogação das concessões de usinas hidrelétricas sob comando de empresas estatais, condicionada à diminuição do valor da conta de energia. No entanto, quatro estados governados pelo PSDB e PSD não aderiram à proposta - Mi-

## PRIVATIZAÇÕES

# R\$ 10 bi

é o valor que o governo golpista de Temer pretende arrecadar com a venda de quatro usinas da Cemig

nas Gerais, Paraná, Santa Catarina e São Paulo.

O interesse de Temer é arrecadar R\$ 11 bilhões com a concessão das hidrelétricas. O edital prevê que o valor de venda das hidrelétricas seja repassado na conta de luz dos consumidores. Ou seja, a população mineira, que já pagou pelas usinas, terá que pagar novamente.

“A proposta do governo federal é que o povo pague cerca de cinco vezes o valor dessas usinas nos próximos 30 anos. O que acarretaria em nenhum retorno social, associado à exploração das usinas pelas empresas privadas para as quais querem transferir o nosso patrimônio”, explica Jefferson Leandro, presidente do Sindicato dos Eletricistas de Minas Gerais.



Maxwell Vilela

## Propostas da Plataforma Operária e Camponesa

- » **1** Hidrelétricas continuem controladas pela Cemig, com a redução da tarifa.
- » **2** Arrecadação com a venda da energia destas usinas, retirando os custos de manutenção, operação e melhorias, seja convertido em um Fundo Social, que destinaria recursos para saúde, educação, aos atingidos por barragens, à agricultura familiar e camponesa, entre outras demandas sociais do povo mineiro. O fundo poderia render até R\$ 2 bilhões por ano.

## “Somos contra o leilão da Cemig”

» No dia 18 de agosto, após ato unificado em defesa das usinas da Cemig, no lado da hidrelétrica de Miranda, no município de Indianópolis (MG), o governo federal recuou, dispondo-se a negociar com a companhia energética. As usinas podem continuar com a Cemig, desde que a companhia pague os R\$ 11 bilhões a título de bonificação da outorga até 10 de novembro. Diante da proposta, a Cemig divulgou publicamente que não descartaria a possibilidade de recorrer a sócios privados e transnacionais, inclusive investidores chineses.

“Somos contra o leilão proposto por esse governo golpista e estamos aliados à Cemig, governo do estado, legislativo federal e estadual e amplos setores da sociedade que não aceitam esta ideia perversa. Porém, não concordamos também com qualquer proposta que entregue parte dos nossos recursos que já foram pagos e pertencem ao povo brasileiro, como é o caso da movimentação que a Cemig tem sinalizado”, afirma Aline Ruas, integrante da coordenação estadual do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).



# Crime da Samarco: 22 meses de impunidade

Processos judiciais contra as mineradoras estão suspensos e iniciativas para reparar as famílias ainda continuam no papel

**ELOÁ MAGALHÃES**  
BELO HORIZONTE (MG)

**GUILHERME WEIMANN**  
SÃO PAULO (SP)

Quando o relógio apontava quatro horas da tarde do dia 5 de novembro de 2015, um estrondo chegou aos ouvidos dos moradores de Bento Rodrigues, município de Mariana (MG). A Barragem de Fundão havia se rompido. Começava ali o maior crime ambiental da história do Brasil.

Em números totais foram 19 mortos, um aborto forçado pela lama e 55 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minérios que se espalharam pelos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce até a sua foz, em Regência (ES). A complexidade dos impactos na vida de cada atingido ainda é incalculável. Contaminação das águas, problemas de saúde (física e mental), moradias destruí-

das, perda de fontes de trabalho e renda e dispersão dos laços comunitários são alguns dos muitos problemas encontrados ao longo desses 22 meses de crime continuado.

Mas, alguns desses traumas não foram causados apenas em decorrência do fatídico dia do rompimento da barragem das mineradoras BHP Billiton, Samarco e Vale. Eles foram agravados ou surgiram no decorrer do processo de negação de direitos em conluio com a Justiça. Essa é a opinião de Thiago Alves, integrante da coordenação estadual do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), em Minas Gerais.

“A nossa experiência acompanhando a bacia do rio Doce mostra que a Justiça brasileira atua para beneficiar as empresas criminosas. Hoje, todos os principais processos contra as mineradoras estão parados”, denuncia Thiago.



Movimentos sociais realizaram atos após 12 meses do crime ambiental da Samarco em Mariana

Leandro Taques



19 mortos após rompimento da barragem de Fundão

## Dúvidas sobre qualidade da água

» Em Cachoeira Escura, distrito de Belo Oriente, em Governador Valadares, Colatina, Linhares e outras cidades que tratam a água do Rio Doce ainda existem muitas dúvidas sobre a segurança do seu uso. Muitos problemas de saúde são registrados, incluindo reações estomacais e de pele por causa da água e a população pesca e come peixes potencialmente contaminados por metais pesados, conforme indicam vários estudos de universidades.

“Nossa certeza, vinda da experiência de luta, é de que não será a Justiça a garantir o direito. Somente a organização popular de longo prazo será capaz de assegurar a dignidade e o respeito em toda a bacia do rio Doce”, opina Thiago.

## Ainda não há data para início das obras

» Além destas paralisações na Justiça, os acordos alcançados até agora beneficiam as empresas. Um deles foi o que criou a Fundação Renova, braço publici-

tário das empresas responsável oficialmente pelo processo de reparação.

É a Fundação Renova a responsável pelas novas comunidades de Bento Rodrigues e

Paracatu de Baixo, destruídas em Mariana, e também Gesteira, pertencente ao município de Barra Longa. Os projetos dos reassentamentos em Mariana estão atrasados,

com estudos questionados pelos órgãos públicos e pelos atingidos e não há data para o início das obras. Em Gesteira, 22 meses depois, a empresa não iniciou a construção de 9 casas, uma igreja e um campo de futebol.

Assim é ao longo da bacia do rio Doce. “A Samarco, a Vale e BHP Billiton, com todo o seu poderio político e tecnológico, impuseram um acordo autoritário e conduzem na bacia a transformação do direito em mercadoria”.



# No Rio de Janeiro, encontro reunirá 4 mil atingidos por barragens

Encontro organizado pelo MAB pretende debater situação das populações atingidas por barragens e desafios na área da energia

**GUILHERME WEIMANN**  
SÃO PAULO (SP)

**D**urante os dias 1 a 5 de outubro, o Rio de Janeiro (RJ) receberá o 8º Encontro Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Com o lema “Água e energia com soberania, distribuição da riqueza e controle popular”, reunirá cerca de 4 mil pessoas de todas as regiões do Brasil.

Realizado a cada quatro anos, o evento tem como objetivo avaliar a atuação do movimento, debater a conjuntura política atual e traçar os rumos da organização. Desde sua última edição, que ocorreu em 2013 em Cotia (SP), diversos acontecimentos afetaram as populações atingidas.

O caso mais significativo foi



Joka Madruga

Encontro Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens vai traçar rumos da organização

o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Bento Rodrigues (MG), ocorrido em novembro de 2015. “A Samarco foi responsável pela morte de 19 pessoas e até hoje continua impune. Esse não é um caso isolado. Observamos nos últimos anos uma ofensiva do capital em relação à vida dos atingidos”, opina Gilberto Cervinski, da coordenação do MAB.

Para ele, os retrocessos não se restringem às populações impactadas por barragens. O atual momento político brasileiro e latino-americano é grave e necessita de fortalecimento da esquerda. “O campo popular e a democracia sofreram um duro golpe. Vivemos grandes retrocessos que só serão enfrentados com muita unidade”, afirma Cervinski.

## ANIVERSÁRIO DA PETROBRAS

### Dia 3 de outubro: ato em defesa da soberania nacional

» Nesse cenário de perda de direitos e retomada de políticas neoliberais, a disputa no setor de energia elétrica se acirra. Essa é a opinião da Plataforma Operária e Camponesa da Energia, organização criada em 2010 por trabalhadores do setor da energia (petroleiros, eletricitários e engenheiros) e por atingidos por barragens.

No dia 3 de outubro, dia do aniversário de 64 anos da Petrobras, essa articulação pretende realizar um grande ato unificado em defesa das estatais e contra a privatização do pré-sal e do setor elétrico. O ato acontecerá no Rio de Janeiro e já recebeu apoio da Frente Brasil Popular.

## O que é o MAB?

» Criado há 26 anos, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) busca organizar as populações impactadas pela construção de barragens (hidrelétrica, rejeito de minério e transporte de água) para ga-

rantir seus direitos.

De acordo com Alexânia Rossato, da coordenação do movimento, os efeitos das barragens vão além do fator econômico. “Ao longo desses anos detectamos uma espécie de indústria de violação de direitos. E os

impactos não se limitam à perda da casa ou da terra, mas também a perdas sociais e culturais. As violações vão desde o direito de dizer ‘não’ à barragem, até o aumento da violência contra a mulher”, explica Rossato.